

Inclusão Social e Produtiva

Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (SEISP) é a unidade responsável por planejar, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de inclusão social e produtiva no âmbito do Ministério.

Valor Público gerado pela SEISP

- ✓ Área rural: incremento da renda dos agricultores familiares; melhoria da situação de segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social
- ✓ Área urbana: fortalecimento do protagonismo e da autonomia das famílias de baixa renda

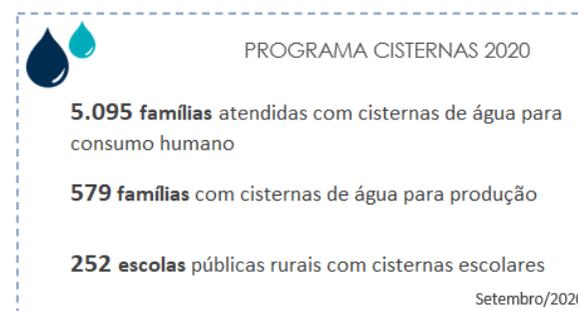
Na agenda de segurança alimentar e nutricional, em razão das alterações oriundas da reforma administrativa ocorrida em 2019, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), instância do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), encontra-se em fase final de reestruturação, o que não impediu a SEISP de continuar apoiando a estruturação dos sistemas estaduais e municipais, por meio de ações de monitoramento, fiscalização e qualificação da gestão local. Neste



Atualizado em setembro de 2020

sentido, estão sendo formalizados 07 (sete) novos convênios para fortalecer a estruturação do SISAN nos Estados e municípios, totalizando R\$ 3,5 milhões (Acre, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Pará e Campos dos Goytacazes-RJ).

No âmbito das ações de acesso à água, o Programa Cisternas está aderente à meta estratégica do Ministério de promover o acesso à água nos territórios mais vulneráveis do Semiárido, mas enfrentou, em 2020, uma substancial redução de seu orçamento e de sua equipe técnica, que se encontra em recomposição, além da interrupção parcial de suas atividades em campo por conta da pandemia de Covid-19. Em razão disso, as entregas do Programa foram reduzidas no presente ano: foram 4.586 tecnologias sociais entregues.



Com o atendimento de 252 escolas públicas rurais beneficiadas com cisternas escolares, o Programa Cisternas avançou no sentido de atingir a universalização do acesso à água em escolas públicas rurais no Semiárido brasileiro, com a implantação final de 5.286 cisternas escolares de 52 mil litros, o que deve ocorrer até 2021.

No mês de setembro, no conjunto de ações para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, foram disponibilizados mais R\$ 86,3 milhões para o Programa Cisternas, que serão aplicados integralmente na expansão da cobertura de cisternas nas escolas públicas rurais da região Norte, neste caso com a aquisição de cisternas de polietileno. Os recursos devem beneficiar cerca de 3.500 escolas.

Coerente com o objetivo estratégico do Ministério de “reduzir a pobreza e promover a equidade” e reforçado com recursos extraordinários da ordem de R\$ 500 milhões em função da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) protegeu a renda dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que garantiu a disponibilização dos alimentos adquiridos às entidades socioassistenciais que atendem a população mais vulnerável, com os seguintes resultados:

PAA 2020
R\$ 75,6 milhões pagos a 22.232 agricultores familiares
Com os recursos extraordinários, foram disponibilizados cerca de R\$ 665 milhões ao Programa, maior valor dos últimos cinco anos

Do total de R\$ 665 milhões disponibilizados pelo PAA em 2020, a região Nordeste contou com a maior fatia, com 54%, o equivalente a mais de R\$ 358 milhões.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, visando a segurança alimentar e a superação da extrema pobreza rural, realiza o acompanhamento social e produtivo e a transferência de recursos não reembolsáveis diretamente para as famílias beneficiárias, no valor de R\$ 2.400,00 ou R\$ 3.000,00, utilizando a estrutura de pagamento do Programa Bolsa Família para apoiar investimentos em projetos produtivos.

Tal como o Programa Cisternas, com a implementação das medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, também teve suas atividades em campo paralisadas, o que diminuiu o ritmo de execução do programa. Em 2020, até setembro, foram incluídas 4.720 famílias no Programa, sendo 813 de grupos populacionais tradicionais e específicos.



Assim, são mais de 281 mil famílias beneficiadas desde o início de suas atividades em 2012.

Em relação aos recursos, foram disponibilizados, em 2020, R\$ 7,9 milhões, o que considera o valor da primeira parcela transferida às famílias incluídas

neste ano, assim como o valor referente à segunda parcela direcionada a famílias incluídas neste ano ou em anos anteriores.

No que se refere às ações de promoção do acesso a alimentos adequados e saudáveis, destacam-se os seguintes resultados:

✓ *Cerca de R\$ 7,3 milhões investidos para a entrega de 84.853 cestas de alimentos a 29.553 famílias de indígenas e quilombolas em situação de grave insegurança alimentar e nutricional*

✓ *Repasse de R\$ 4 milhões ao Ministério da Defesa para atendimento de 30 mil crianças e adolescentes participantes do Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo, com oferta de alimentação adequada e saudável.*

✓ *Mais de 3,6 milhões serão repassados para modernização de bancos de alimentos. Oito propostas dos municípios de Osasco, Itanhaém, Botucatu e Guarulhos, de São Paulo, Nova Iguaçu (RJ), Lavras (MG), Curitiba (PR), Jataí (GO) e 1 proposta do estado do Maranhão foram selecionadas em edital público.*

Setembro/2020

As ações da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva tem se baseado cada vez mais no uso de critérios técnicos, baseados em estudos e indicadores de forma a implementar de forma mais eficaz e contribuir para o monitoramento e cumprimento da meta do PPA 2020/2023, qual seja o alcance de 100% dos municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional com ações de tecnologias sociais de acesso à água, de fomento rural, de compras públicas de alimentos da agricultura familiar e de adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Ainda que ações como o PAA tenham recebido recursos extraordinários no contexto da pandemia de Covid-19, é preciso enfrentar o desafio da

recomposição orçamentária, para as várias ações da agenda de segurança alimentar e nutricional, nas três esferas do executivo, para a ampliação do atendimento ao público em situação de pobreza e extrema pobreza. Esse público vem, desde 2014, com o início da grave crise econômica, aumentando ano a ano.

Dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA), divulgados no âmbito da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018) do IBGE, reforçam a percepção de que 10,3 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade tiveram, em seus domicílios, restrição severa ao acesso à alimentação adequada, em ao menos algum momento do período da realização da pesquisa. Como era de esperar, neste cenário, a prevalência nacional de segurança alimentar caiu de 77,4%, em 2013, para 63,3%, em 2017-2018. Observa-se, ainda, que metade das crianças menores de cinco anos (ou 6,5 milhões de crianças nessa faixa etária) viviam em domicílios com algum grau de insegurança alimentar naquele período.

Desta forma, ainda que as ações e programas aqui mencionados possuam uma boa focalização na população mais vulnerável, é necessário dar continuidade ao processo de atendimento e aprimoramento de seleção de beneficiários como as promovidas neste ano, com prioridade para o atendimento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

